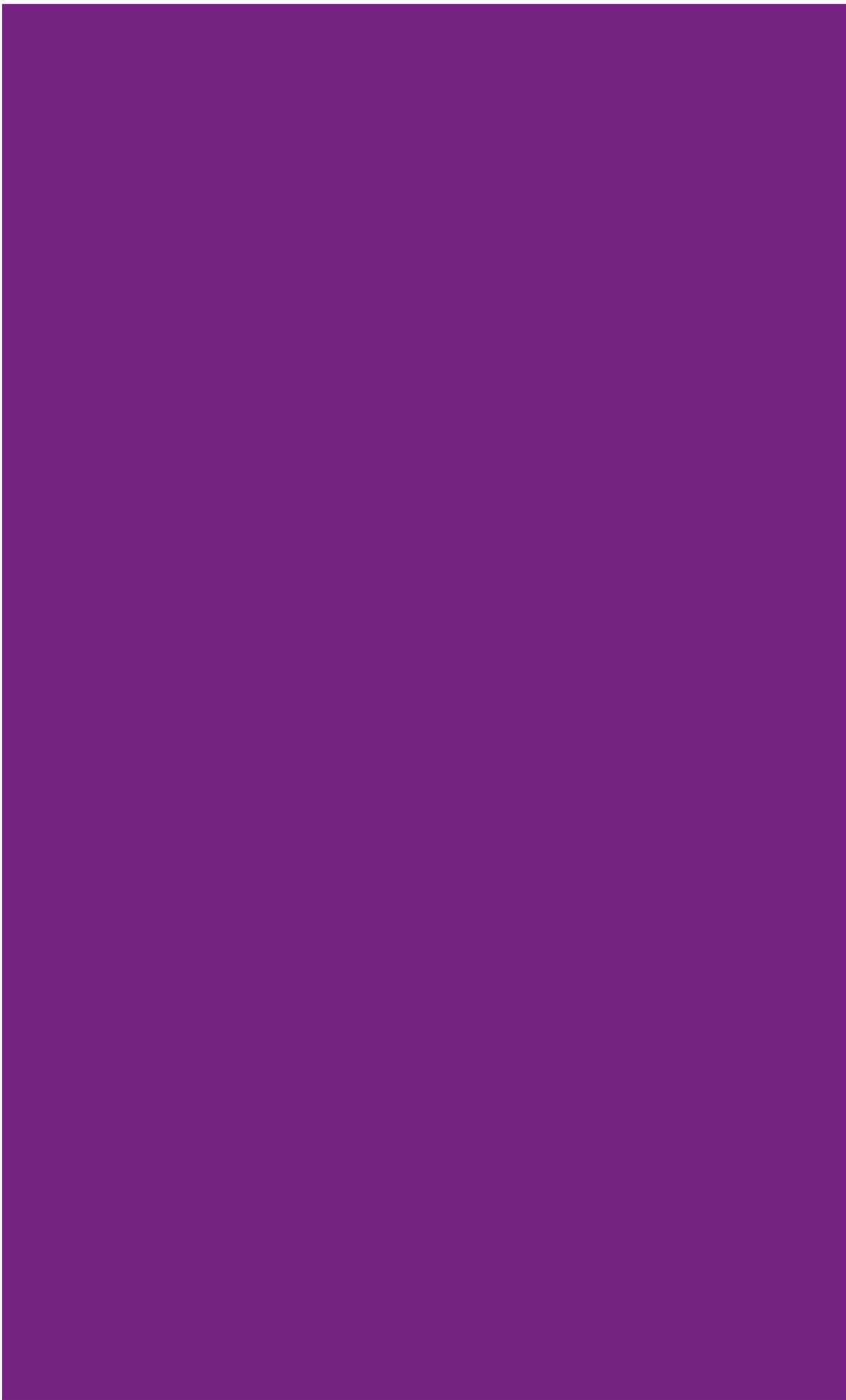


Projeto Mulher Segura MS

Amambai (MS)

Roberta Astolfi





Projeto Mulher Segura MS

Amambai (MS)

Roberta Astolfi



Nome da Experiência: Projeto Mulher Segura MS



Corporação: Polícia Militar



Cidade/UF: Amambai (MS)



Data de início da experiência: 15 de março de 2015

Data da visita à experiência: 17 e 18 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Major Josafa Pereira Dominoni,
idealizador do projeto

RESUMO

*O **Projeto Mulher Segura MS** é uma iniciativa de atendimento a vítimas de violência doméstica baseado em três pontos: no esclarecimento sobre os direitos, sobretudo aqueles elencados na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha; no apoio sobre como e onde efetivar tais direitos e na fiscalização das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs). É realizado pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul em unidades voluntárias para receber o programa. Diferentemente de outros modelos de fiscalização de medida protetiva, o projeto Mulher Segura não é apenas uma divisão especializada em que somente profissionais dedicados se envolvem no projeto, mas uma iniciativa que, a partir da coordenação de uma equipe central – chamada de Equipe Técnica -, é operacionalizada por todo o efetivo da unidade. Até a data da visita, três cidades tinham o projeto em funcionamento: Amambai, Dourados e Aquidauana¹, e essa descrição se baseia no projeto conforme implantado no município de Amambai que, além de ter sido o primeiro local de implantação, é onde ele se encontra melhor desenvolvido, institucionalizado e com protocolos bem definidos.*

1. Não foi possível visitar a cidade de Aquidauana e quanto à cidade de Dourados, esta segue o modelo de grupamento especializado, com apenas três pessoas, sem envolvimento do efetivo regular da unidade.

INTRODUÇÃO

O projeto Mulher Segura MS foi lançado no dia 15 de março de 2014, na 3ª Companhia Independente da Polícia Militar, com sede em Amambai, Mato Grosso do Sul, por iniciativa do então comandante da unidade, Major Josafa Pereira Dominoni. Para a implementação, foi estabelecida uma parceria com o Poder Judiciário, de modo que todas as medidas protetivas concedidas passaram a ser enviadas à sede do projeto.

Inicialmente, estava prevista uma equipe técnica que seria responsável por todo o trabalho, sob a coordenação do Major. Já havia na época uma equipe especializada, que desenvolvia o Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, e essa mesma equipe acumularia a função de acompanhar a situação de mulheres que tivessem obtido medidas protetivas de urgência por motivo de violência doméstica ou que tivessem acionado a Polícia Militar (PM) por esse motivo. Como esse é um tema sensível, o modelo inicial buscava profissionais com um perfil especial, que pudessem ser pinçados do efetivo em geral.

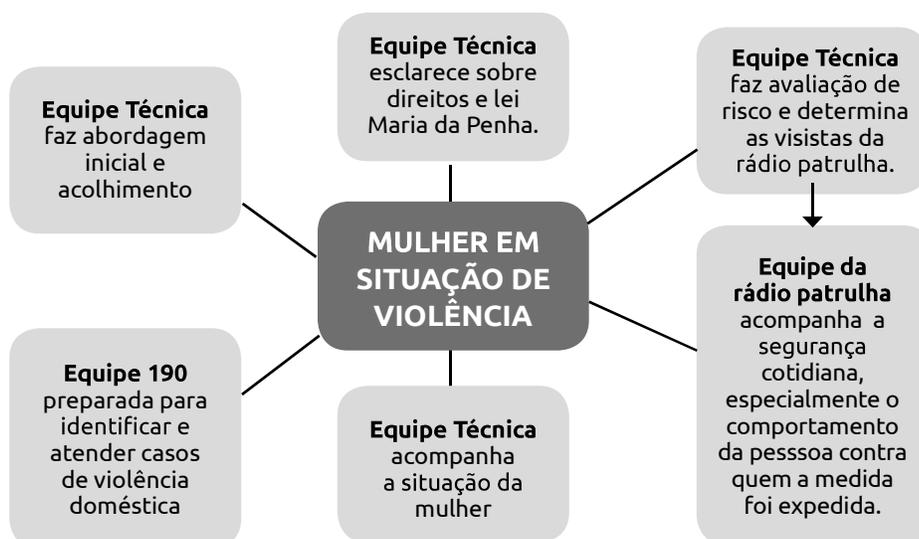
Porém, ainda enquanto elaborava a implementação, a equipe decidiu que seria importante envolver o efetivo da companhia como um todo e o comandante determinou que as rondas que estivessem em serviço de patrulha incluíssem em seu itinerário cotidiano uma certa quantidade de visitas diárias para a fiscalização das medidas protetivas². Assim, o programa passou a ter o seguinte desenho: a Equipe Técnica ficou responsável pelo atendimento especializado à mulher em situação de violência, para uma abordagem especialmente humanizada e cuidadosa, e o efetivo alocado na rádio patrulha passou a cuidar das visitas de fiscalização, verificando possíveis situações de ameaça por parte do suspeito de autoria da violência. O pessoal alocado no atendimento do 190 também foi orientado a identificar e encaminhar casos de violência doméstica.

Houve inicialmente uma resistência de parte do efetivo que não compreendia aquela atividade como um “trabalho de polícia”, mas ainda assim o projeto foi implantado. Pouco tempo depois, o Major Dominoni foi transferido e o novo Comandante da Companhia encontrou um projeto com o qual ele não tinha familiaridade, mas que contava com prestígio entre grupos formadores de opinião na cidade, especialmente o Movimento de Mulheres de Amambai.

No processo de vencer suas próprias resistências, o Major Carlos Magno percebeu uma lacuna no projeto: a necessidade de formação no tema da violência contra a mulher para o efetivo como um todo. Desse modo, foi determinado que a Equipe Técnica realizasse um processo de formação para toda a Companhia acerca da Lei Maria da Penha, ciclo de violência contra a mulher e desigualdades de gênero.

2. Ordem de Serviço Nº 007/P-3/3ªCIPM/2015, de 18 de março de 2015.

FIGURA 1: Modelo de atendimento do projeto Mulher Segura.



Envolver toda a tropa no projeto como alternativa ao atendimento exclusivo por parte de um grupamento especializado pode ter sido uma decisão condicionada pelos recursos limitados da Companhia. Ainda assim, essa opção abriu possibilidades até então não contempladas pelos modelos tradicionais de programas de fiscalização de medidas protetivas de urgência: uma transformação mais ampla e profunda na abordagem da organização como um todo no trato do tema da violência contra a mulher.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

São admitidas algumas formas de entrada no fluxo de atendimento da experiência, a depender da situação específica. Parte das mulheres chega ao projeto através de uma ligação de emergência ao telefone 190 da Polícia Militar³. Os profissionais responsáveis pelo atendimento do chamado telefônico estão orientados a dar atendimento humanizado e, além da pronta resposta com envio da Rádio Patrulha, encaminham o caso para a Equipe Técnica do projeto. Na linguagem dos/as operadores/as, é o que chamam de primeira resposta.

A Equipe Técnica realiza então uma abordagem para orientação sobre leis e direitos e sobre os recursos de atendimento disponíveis. Essa fase é chamada de segunda resposta e pode compreender várias visitas enquanto o caso tramita junto à Polícia Judiciária e Ministério Público.

3. Na cidade de Dourados foi relatado que o telefone 180, do Governo Federal, repassa denúncias ao Ministério Público, que por sua vez encaminha para o programa Mulher Segura para abordagem e acompanhamento. Na cidade de Amambai esse fluxo não foi relatado.

Quando as mulheres atendidas são beneficiadas por MPUs concedidas pelo Poder Judiciário, a Equipe Técnica fará o esclarecimento sobre o serviço de fiscalização da medida e, havendo adesão, ela passará a receber as visitas da Rádio Patrulha, visando à garantia do cumprimento da medida e segurança da beneficiária, o que é chamado de Terceira Resposta.

O modelo de sequência de respostas descrito acima refere-se às possibilidades de atendimento nas diversas fases do ciclo de violência. Na prática, as mulheres podem chegar ao serviço diretamente através da concessão da medida protetiva, sem que tenha havido atendimento de emergência por parte da PM, além de mulheres já atendidas pelo programa poderem recorrer ao telefone de emergência a qualquer momento. Outro tipo de acompanhamento é quando a notícia da situação de violência chega à Equipe Técnica por meio de uma denúncia por parte de terceiros. Nesse caso a Equipe Técnica realiza uma aproximação com a possível vítima para avaliar a situação, o que pode demandar várias visitas até que a mulher se sinta segura para revelar a situação ou até que sejam verificadas as evidências de que de fato há uma situação de violência ou, ainda, que não há.

As visitas de atendimento da mulher são realizadas pela Equipe Técnica em horários entre as 7h30 e 13h30, durante os dias da semana, e podem ser feitos também contatos telefônicos. Já as visitas de fiscalização de cumprimento da medida protetiva, feitas pela Rádio Patrulha, podem ser feitas a qualquer horário do dia ou da noite, inclusive nos fins de semana, mas o período e os lugares a serem visitados são determinados pela Equipe Técnica através de ordem de serviço.

Conforme dados informados pela Equipe Técnica de Amambai, desde que foi implementado, o projeto já havia realizado 424 visitas até fevereiro de 2017. A população estimada do município para 2016 era de 38 mil habitantes⁴.

TABELA 1 : Visitas realizadas no âmbito do projeto Mulher Segura MS.

Período	Visitas domiciliares realizadas
2015	152
2016	230
jan/fev 2017	42

Fonte: Elaboração própria com dos dados fornecidos pela Equipe Técnica do projeto Mulher Segura MS.

4. Dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br>.

INFRAESTRUTURA

O efetivo da Equipe Técnica conta com quatro policiais militares que se dividem entre o Projeto Mulher Segura e o Proerd, são eles: Sargento Geraldo, Soldado Adelino, Soldado Maria Clara e Soldado Carina, além do comandante da unidade, Major Carlos Magno, que é o coordenador geral do projeto. Todas as atividades dessa equipe são consideradas atividades de Polícia Comunitária.

Já o efetivo da unidade que é considerado parte do projeto é formado por 36 policiais militares⁵ que trabalham diretamente na Rádio Patrulha e são divididos em quatro escalas de serviço.

No que diz respeito à estrutura material, o projeto conta com uma base móvel da Polícia Comunitária, uma sala ampla com mesas, cadeiras, dois computadores, armários e arquivos para a organização dos dossiês das mulheres atendidas, além de uma pequena área reservada para atendimentos privados e, caso necessário, alguns brinquedos para crianças.

Polícia Comunitária

A ideia de policiamento comunitário se baseia na reforma organizacional das polícias com vistas à descentralização dos processos de tomada de decisão em direção aos/ às policiais da linha de frente, a aproximação entre polícia e comunidade, e a orientação da ação da polícia pela metodologia da solução de problemas. Esse modelo começou a ser gestado por organizações policiais nos EUA desde a década de 1950, em oposição a um modelo que privilegiava a hierarquia, os regulamentos previamente estabelecidos e a distância da polícia em relação à comunidade (dessa forma acreditava-se que iriam evitar a cooptação). Na década de 1990 houve grande sistematização teórica dos modelos de polícia comunitária e um crescimento no número de iniciativas com esse rótulo, mas foi na década de 2000 que essas iniciativas foram descritas e avaliadas. As polícias militares de diversos estados brasileiros, responsáveis pelo policiamento preventivo, implantaram o programa, mas muitos estudos apontam para os desafios para esse modelo prosperar em uma instituição que, em geral, é bastante hierarquizada e pouco flexível.

Fonte: RIBEIRO, L. Policiamento comunitário. In: LIMA, R.S.; RATTON, J.L. e AZEVEDO, R. G. (Orgs.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

INSTITUCIONALIDADE

O projeto existe atualmente na Coordenadoria da Polícia Comunitária da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul e suas diretrizes estão arquivadas na P-3, Diretoria máxima de Ensino da Corporação. A adesão das unidades ao projeto

5. O efetivo da 3ª CIAPM é de 119 PMs e todos foram treinados. A Companhia atende cinco municípios: Amambai, Coronel Sapucaia, Paranhos, Tacuru e Sete Quedas. 36 estão trabalhando em Amambai e são, portanto, aqueles envolvidos no projeto.

é voluntária e, até a data da visita, três unidades tinham o projeto em funcionamento: Amambai, Dourados e Aquidauana.

Em relação a orçamento, o projeto não demandou, ainda, nenhuma verba extra além do que já está alocado na Companhia. As visitas da Equipe Técnica são realizadas com o veículo da Polícia Comunitária, que também é utilizado no Proerd e o efetivo também é o mesmo, não havendo uniformes ou equipamento individual especial. Os computadores, impressora, telefone e material consumível (papel, caneta, etc.) são aqueles que já eram utilizados pelo Proerd. O único investimento relatado foram os móveis da sala do projeto, incrementados com doações realizadas através de mobilização da sociedade civil, mais especificamente do Movimento de Mulheres de Amambai.

PROTOCOLOS

As visitas da Equipe Técnica são guiadas por um documento chamado “relatório técnico de visita domiciliar”, que elenca os critérios utilizados para classificar as mulheres em situação de risco. São feitas perguntas para a vítima, como em relação ao grau de periculosidade do suspeito de autoria da violência, a fim de tentar medir a gravidade e o risco de agressão.

O relatório técnico de visita domiciliar segue as diretrizes do Procedimento Operacional Padrão para o Atendimento da Mulher Vítima de Violência (POP), da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (PMMS). Esse protocolo normatiza, no âmbito da PMMS, procedimentos e condutas a serem adotadas no atendimento das ocorrências de violência doméstica contra a mulher.

As visitas de fiscalização são direcionadas pelo boletim de atendimento que é preenchido pela Rádio Patrulha.

PARCERIAS

As principais parcerias do projeto são o Poder Judiciário e o Movimento de Mulheres de Amambai. Embora haja, por parte dos operadores do projeto, o reconhecimento dos demais órgãos do que deveria constituir a rede de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade – Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Secretaria de Saúde; Conselho Tutelar; Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres; Conselho Municipal Antidrogas (COMAD); Conselho das Mulheres de Amambai; Ministério Público; Delegacia de Polícia Civil e Defensoria Pública – e o eventual encaminhamento de casos para esses órgãos, não se pode dizer que constituam parcerias sistemáticas de atuação. Ou seja, não foi possível observar o funcionamento efetivo de uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade ou a atuação da PM nessa rede.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Até o momento da visita havia sido realizado um único ciclo de formação em que todo o efetivo da Companhia foi treinado. A ênfase do treinamento era a compreensão do ciclo da violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha. Por outro lado, é importante apontar que hoje, todas as pessoas que entram para a corporação cursam uma disciplina chamada “Relações de Gênero e Combate à Homofobia”, assim como pessoas que realizam concursos internos também o fazem.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A tipificação geral “Violência doméstica” antes da tipificação específica estava prevista no Procedimento Operacional Padrão para atendimento da mulher vítima de violência da PMMS, lançado em março de 2014. Desde o início do projeto, os Boletins de Ocorrência BO/PM da unidade passaram a ter a tipificação geral de forma mais sistemática, o que não necessariamente era realizado antes. Mesmo assim, a equipe do projeto fez um trabalho de análise de boletins do ano de 2014 para avaliar a evolução dos casos no município tendo como parâmetro a situação antes da implementação.

TABELA 2 : *Ocorrências de violência doméstica registradas pela PM em Amabai-MS.*

Registro	2014	2015	2016
Ameaça/Violência Doméstica	44	73	53
Vias de Fato/Violência Doméstica	15	26	16
Lesão Corporal Dolosa/Violência Doméstica	31	60	46
Injúria/Violência Doméstica	0	1	0
Total de registros de violência doméstica	90	160	115

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Equipe técnica do projeto Mulher Segura.

Segundo os números apresentados, depois da implementação do projeto, em 2015, houve um aumento em todos os registros. É provável que seja um reflexo tanto da mudança no registro, quanto no aumento das denúncias graças à divulgação do serviço. Já em 2016, é possível observar uma queda consistente em relação a 2015, o que os operadores atribuem ao sucesso do projeto.

DESAFIOS

O projeto tem alguns desafios que podem ser transformados em potencialidades. O primeiro deles é aprofundar a compreensão das desigualdades de gê-

nero e como isso impacta na violência contra a mulher. Mesmo com a inclusão da disciplina de Relações de Gênero e Combate à Homofobia na formação dos policiais militares do Mato Grosso do Sul, não é incomum a resistência a discursos sobre igualdades de direitos de minorias. Nesse sentido, o pouco espaço dedicado a treinamento pode vir a ser ocupado através de pontes com corporações que já avançaram nesse eixo, especialmente as Polícias Militares que desenvolvem programas de fiscalização de medidas protetivas há vários anos.

Outra questão importante é o modelo de implementação. Das três cidades em que o projeto está implementando, duas foram visitadas e apresentaram modelos bastante diferentes. Embora a flexibilidade no modelo de implementação não seja necessariamente um problema, é importante que todos os projetos implementados tenham uma mesma sistemática de avaliação que possa permitir uma melhora nos investimentos de recursos e o melhor desenvolvimento das potencialidades de cada um.

Por fim, o sucesso do projeto pode causar uma centralização excessiva na atuação da PM no que deveria ser um atendimento em rede. Em entrevista, foi relatado que havia uma avaliação interna de que o projeto deveria ser ampliado para atender os autores de violência. Embora essa não seja necessariamente uma ideia ruim, há o risco de o programa perder o foco prioritário na mulher quando há instituições com o perfil para lidar com os autores, tais como os órgãos de atendimento psicossocial CRAS e CREAS. A PM pode, alternativamente, beneficiar-se do seu atual protagonismo no tema e fomentar a articulação e funcionamento efetivo da rede de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2012, foi criado o primeiro programa de fiscalização de medidas protetivas de urgência no país, quando as Polícias Militares tomaram a iniciativa de incidir em uma realidade que comovia o país: mulheres mortas ou gravemente feridas por companheiros ou ex-companheiros que a lei havia determinado que mantivessem distância. Foram criadas divisões especializadas com viaturas e uniformes especiais que identificam essas divisões e dão valor simbólico e prático ao trabalho.

O modelo que está sendo gestado no projeto Mulher Segura MS, entretanto, é um modelo diferente, com potencial de modificar de maneira mais ampla a compreensão da PM a respeito da violência doméstica contra a mulher. O projeto não fica restrito a um grupo ou patrulha, mas entende que para enfrentar à violência contra a mulher, é necessário envolver o efetivo da PM como um todo e garantir que todos/as possam colaborar nesse processo.

Outro ponto forte do projeto é o custo. Em tempos de incertezas orçamentárias, um programa que não depende de grandes aportes tem um diferencial de sustentabilidade bastante desejável e é uma iniciativa para se espelhar.